



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO**  
**PUCSP - FEA**

**Danilo Rodrigues Azevedo**

**VALE DO RIO PARAÍBA PAULISTA:**  
**agricultura e indústria – subsídio à história regional**

**SÃO PAULO**  
**2022**



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO**  
**PUCSP - FEA**

**Danilo Rodrigues Azevedo**

**VALE DO RIO PARAÍBA PAULISTA:**  
**agricultura e indústria – subsídio à história regional**

Trabalho apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de graduação em Ciências Econômicas, sob a orientação do prof. Dr. Leonardo Nelmi Trevisan.

**SÃO PAULO**  
**2022**

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Azevedo, Danilo Rodrigues  
Vale do Rio Paraíba Paulista: agricultura e  
indústria - subsídio à história regional. / Danilo  
Rodrigues Azevedo. -- São Paulo: [s.n.], 2022.  
52p. il. ; 21 X 29,7 cm.

Orientador: Leonardo Nelmi Trevisan.  
Monografia (Graduação) --Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo, Graduação em Ciências  
Econômicas, 2022.

1. Vale do Paraíba . 2. Indústria têxtil. 3.  
Economia cafeeira. I. Trevisan, Leonardo Nelmi .  
II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

CDD

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – Economia Cafeeira no Vale do Paraíba Paulista.....	9
1.1. Panorama Geral do Brasil até a atividade Cafeeira.....	9
1.2. Consolidação da Atividade Econômica na Região .....	17
CAPÍTULO II – Indústrias Emergentes .....	23
2.1. O Início e os aspectos principais.....	23
2.2. Formação das indústrias e Expansão Têxtil pela região.....	30
2.3. Características do processo industrial .....	34
CAPÍTULO III – Confrontos e Contradições Econômicas e Políticas do Brasil.....	37
3.1. O Fisco .....	37
3.2. Crescimento e desenvolvimento .....	39
3.3. Desacordo entre as Classes.....	44
CONCLUSÃO .....	49
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	50
Apêndice A - Cronograma geral de monografia .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Apêndice B - Cronograma de Mono I.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

**DANILO RODRIGUES AZEVEDO**

**Vale do Rio Paraíba Paulista: agricultura e indústria – subsídio à história regional**

Trabalho apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de graduação em Ciências Econômicas, sob a orientação do prof. Dr. Leonardo Nelmi Trevisan.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Leonardo Nelmi Trevisan – Orientador  
Pontifícia Universidade Católica De São Paulo  
Faculdade De Economia E Administração  
PUCSP - FEA

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

AZEVEDO, Danilo Rodrigues. **Vale do Rio Paraíba Paulista**: agricultura e indústria – subsídio à história regional. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração PUCSP – FEA, São Paulo, 2022. 52 p.

---

## RESUMO

Este trabalho é sobre as indústrias emergentes na região do Vale do Rio Paraíba do Sul, localizado na bacia hidrográfica do rio e sendo inserido na região norte do Estado de São Paulo. Entre as capitais, São Paulo e Rio de Janeiro. O motivo da pesquisa é subsidiar informações sobre a localidade para com seus predicados socioeconômicos e históricos.

No primeiro capítulo descrevemos a história e a formação econômica da região, começamos nosso estudo com um panorama geral desde a colonização até a atividade cafeeira. Por isso, explicar a formação da atividade agroexportadora de café e, por fim, a escolha da mão de obra e os fatores de produção pré-existentes.

Já em nosso segundo capítulo, a ocupação principal foram os núcleos urbanos e as relações de crescimento e desenvolvimento das cidades do Vale do rio Paraíba do Sul. Dessa forma, conseguimos entender o surgimento estatístico e geográfico das indústrias, população operaria e os principais aspectos socioeconômicos da região. Em síntese atingimos as características do processo de industrialização.

O terceiro capítulo foi o momento de estudo, elaboração e descrição dos conflitos e contradições presentes na disputa política e econômica. Com tudo, o estudo ao descrever tal realidade regional deu luz as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico, além da intriga existente dos capitalistas industriais e agrários sobre a realidade e as necessidades para o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Vale do Paraíba. Indústria têxtil. Economia cafeeira.

## **ABSTRACT**

This work is about emerging industries within the area of the Vale do Rio Paraíba do Sul, located along the river basin, and situated in the northern region of the State of São Paulo, Brazil, spanning between the capitals of São Paulo and Rio de Janeiro. The purpose of this research is to subsidize information about the locality for its socio-economic and historical predicates.

In the first chapter we describe the history and economic formation of the region and begin our study with an overview from colonization to the cultivation of coffee. Essentially explaining the formation of the coffee's agricultural exportation and, finally, the choice of labor and pre-existing production factors.

In our second chapter, the principal focus pertains to urban centers and their relation to the growth and development of the cities within the Vale do Rio Paraíba do Sul. By doing this, we were able to understand the statistical and geographical emergence of industries, the working population, and the main socioeconomic aspects of the region. In summary, we have reached the characteristics of the industrialization process.

The third chapter deals with the study, elaboration, and description of the conflicts and contradictions present in political and economic disputes. The study describes a regional reality and sheds light on the differences between economic growth and development, in addition to the existing intrigue of industrial and agrarian capitalists, about the reality and needs for economic development.

Keywords: Paraíba Valley Sao Paulo Brazil. Textile industry. Coffee economy.

## INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é a entender a formação dos núcleos urbanos e o desenvolvimento das indústrias da região norte do Estado de São Paulo, a bacia do rio Paraíba do Sul. O trabalho torna-se importante por expor uma realidade distinta a respeito do desenvolvimento econômico regional em função, também, do desenvolvimento nacional e da conjuntura política e econômica do Brasil. Essa pesquisa evidência o conflito político e econômico da classe empresarial agrária e industrial, a compreensão da literatura econômica a respeito da mão de obra nacional e as dificuldades fiscais e creditícias do desenvolvimento industrial nacional.

O principal objetivo da pesquisa é analisar de forma descritiva a evolução urbana e social da região, assim como o apontar a história das indústrias regionais. Como objetivo complementar, o estudo mostra as contradições entre os capitalistas industriais e agrários sobre o desenvolvimento econômico do Brasil e suas lutas no campo fiscal.

O modelo teórico econômico foi de Schumpeter e o referencial teórico geográfico sobre a evolução econômica, social e urbana da autora Nice Muller (1969). A definição metodológica utilizada foi descritiva como aponta Antônio Carlos Gil:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Gil (2002)

No primeiro capítulo encontramos à necessidade de estudar a história e a formação econômica da região, para tanto, começamos nosso estudo elaborando um panorama geral desde a colonização até a atividade cafeeira. Ademais houve a preocupação em explicar como se consolidou a atividade agroexportadora de café e, por fim, a mão de obra e os fatores de produção junto das condições pré-existentes que permitiram o início da jornada dos capitalistas e empreendedores do café. Esse foi o primeiro capítulo.

Já em nosso segundo capítulo, a ocupação principal a respeito do tema foi sobre os núcleos urbanos e as relações de crescimento e desenvolvimento das cidades do Vale do rio Paraíba do Sul. Dessa forma, conseguimos entender o surgimento estatístico e geográfico das indústrias, população operaria e os principais aspectos socioeconômicos da região. Em síntese atingimos as características do processo de industrialização.

O terceiro capítulo foi o momento de estudo, elaboração e descrição dos conflitos e contradições presentes na disputa política e econômica. Essas disputas incluem temas como fisco, crédito público versus privado e as concepções da elite capitalista a respeito da mão de obra utilizada ou na indústria ou na atividade agrária. Com tudo, o estudo ao descrever tal realidade regional deu luz as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico, além da intriga existente dos capitalistas industriais e agrários sobre a realidade e as necessidades para o desenvolvimento econômico.

## **CAPÍTULO I – Economia Cafeeira no Vale do Paraíba Paulista**

### **1.1. Panorama Geral do Brasil até a atividade Cafeeira**

Panorama geral histórico até a formação da atividade econômica tem seu início na colonização de Portugal no Brasil. Agora, foquemos mais precisamente na região do Vale do Rio Paraíba do Sul localizado no Estado de São Paulo. Esta região pertence ao norte do Estado entre a serra da Mantiqueira e a serra do mar.

A colonização nesta região é pouco menos antiga que a formação do porto de São Vicente (1532 D.C.), as divisões por sesmarias e a capitania de Itanhaém. Sendo os perímetros urbanos concedidos a procuradores, como Jaques Felix, pela Condessa de Vimieiro Mariana de Sousa Guerra..

Segundo o memorialista Vitorino de Carvalho, Taubaté foi fundada e povoada por Jacques Felix como procurador da Condessa de Vimeiro, cuja capitania foi de sua responsabilidade. Por exemplo.

A economia, não demorou em seguir o padrão colonial no qual era basicamente o cultivo da cana de açúcar para o fabrico deste e de aguardente, ambos em uma escala não tão grande, além do tráfico de escravos e outras mercadorias as quais muleiros realizavam transporte. Este cenário permaneceu até a economia mineira, séculos XVII e XVIII. Mas antes de continuar a descrição econômica voltaremos à motivação em estarem a procurar naquela região formar vilas como cita o Autor V. Carvalho:

“[...] anos depois da destruição da vila de S. André da Borda do Campo em proveito da florescente vila de São Paulo do Piratininga, os habitantes daquela povoação, despeitados com os seus rivais vencedores e não querendo incorporar-se, por despeitados, á sua povoação e ficar sob os seus domínios, resolveram espalhar-se pelo Norte, onde se foram estabelecer, dando origem às povoações de Mogi das Cruzes, Jacareí, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá etc. cujas fundações são quase todas da mesma época“ (CARVALHO, 1957).

Desta maneira a localidade acaba por colonizada e povoada pelos bandeirantes portugueses. A economia desenvolvida acompanha o sentido das colônias tropicais induzidas pelo mercantilismo Europeu e como coloca Prado Júnior (2011):

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que antiga feitoria, mas sempre com mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. E esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.” (PRADO JÚNIOR, 2011).

O sentido da colonização, a formação da classe dominante e a atuação desta quanto capitalistas determinaram os traços não só da política econômica, mas também da economia política do Brasil. No caso vamos abordar a semelhança da economia colonial e da economia brasileira do período de 1889 a 1930, tempo no qual o Brasil já era uma república e, para isso, devemos buscar a essência determinante da economia colonial.

A economia da colônia portuguesa, Brasil, foi consolidada na produção para o comércio unilateral com Portugal, ou seja, era produzida no Brasil e vendida para Portugal. Assim, a classe dominante residente, mesmo que proprietárias de latifúndio, faziam comércio unicamente com Portugal. Era uma economia agrária, de grandes lavouras e de latifundiários. Segundo PRADO JÚNIOR (2011).

“Mas tal caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado pra fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Vira o branco para especular, realizar um negócio; interverá seus cabedais e recrutará mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Esse início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O sentido da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora analisar.” (PRADO JÚNIOR, 2011).

O autor analisa, na obra, a essência dos caracteres produtor e político brasileiro ao longo da história colonial e sua influência, ou melhor, a herança desse período. Ao estudarmos o contexto das condições de existência tanto econômica

quanto política da atividade econômica aparecem às mesmas essências e características na história mesmo após a proclamação da República.

O sentido da economia colonial encontra-se em todo território nacional e foi herança para uma série de condições tanto sociais, quanto culturais ou mesmo das relações de trabalho. Inclusive a situação política na região que este estudo abrange é consolidada em função das relações de trabalho dessa economia.

As relações de trabalho existentes na economia colonial, entre a classe trabalhadora e a proprietária dos meios de produção, eram baseadas na escravidão. Escravos esses que a origem migratória é causada pelo tráfico de africanos para as colônias europeias na América, devido ao mercantilismo. Os trabalhadores então eram entendidos como ativos contábeis, diferentemente de outras formas de escravidão na história da humanidade.

Ademais em alguns casos os trabalhadores eram motivados por meio da catequização e, em alguns casos, eram trabalhadores de origem mestiça. Em poucos casos livres. Índios, nativos brasileiros, quando não eram escravizados e traficados por bandeirantes acabavam ou catequizados ou, mesmo, ocorriam alguns casamentos entre líderes bandeirantes com líderes indígenas.

Vitorino de Carvalho (1957), ao descrever a origem da constituição do município de Tremembé, teve a necessidade de explicar a formação das vilas em todo Vale do Paraíba. No capítulo da formação da vila de Tremembé, ao contar a História de Jacques Felix e da desintegração da vila de S. André comenta as origens da capitania de São Vicente e da união entre os portugueses João Ramalho e Antônio Rodrigues com as filhas de chefes da aldeia de Goiana. Os casais tiveram filhos que foram os povoadores de muitas vilas.

Os trabalhadores escravos, mesmo quando indígenas, eram entendidos como passivos de um balanço contábil na produção da economia colonial para a metrópole. Mesmo que escravizar indígena fosse crime perante a corte portuguesa, havia traficantes destes. Houve um genocídio indígena e o autor aponta a precariedade de evidências para explicar ou descrever não só as populações indígenas que já residiam anteriormente, quanto também houve dificuldade em registrar com rigor para onde foram os nativos.

O trabalho escravo de origem africana acaba por fazer parte da formação econômica na região por dois impulsos de caráter econômico. O primeiro é a economia do ouro que usou muita mão de obra escrava, de modo geral, africana nos garimpos e extrações no Estado de Minas Gerais. A lembrar que o Vale do Paraíba foi rota de escoamento do ouro até o litoral, na cidade de Paraty. E por segundo impulso, na primeira fase da economia cafeeira.

O a impulsão da economia mineira para com formação econômica do Vale do Paraíba acaba quase que basicamente restringida ao tráfego dos muleiros em função do escoamento dos minérios. Houve neste período intensificação e consolidação dos tropeiros. Há naquele momento uma casa de fundição em Taubaté, onde o ouro escoado era marcado pela coroa portuguesa.

Os tropeiros auxiliaram no transporte de ouro e minérios na economia das minas, seja no escoamento ou mesmo para proteção desses materiais preciosos e direcionamento para as casas de fundição e, por seguinte, para o litoral que partia à metrópole. Contudo definiu-se um transporte de mercadorias e uma dinâmica entre as regiões das minas tanto com o litoral quanto de acesso a São Paulo ou Rio de Janeiro.

A economia cafeeira. Inédita ação empresarial da classe dominante produtora para com o mercado internacional. Nesta economia que a região entre as serras da Mantiqueira e do Mar torna evidente os predicados da história econômica do caipira. Pelos fatos de, em primeiro, a região conter condições determinantes naquele período e, em segundo, pelo curral eleitoral graças à herança do período colonial.

A gestação da economia cafeeira surge, segundo Furtado, em meados do século XIX em um momento marcado pelo fim da economia mineira e por ter características muito distintas das economias anteriores. O Brasil passava por um período de estagnação como aponta Furtado:

“[...] Havia decorrido três quartos de século em que a característica dominante fora a estagnação ou a decadência. Ao rápido crescimento demográfico de base migratória dos três primeiros quartéis do século XVIII sucedera um crescimento vegetativo relativamente lento no período subsequente. [...]. As novas técnicas criadas pela revolução industrial escassamente haviam penetrado no país, e quando o fizeram foi sob a forma de bens ou serviços de consumo sem afetar a estrutura do sistema produtivo. Por último o problema nacional básico – a expansão da força de trabalho do país – encontrava-se a tradicional fonte africana sem que se vislumbrasse uma solução alternativa.” (FURTADO, 1979)

O motivo do apontamento de Furtado está na base do sistema produtivo, ou seja, a mão de obra escrava não tem papel consumidor, então, não havia um mercado interno razoável. A industrialização tornava-se impossível, a produção das plantations de açúcar já não conseguia competir com o mercado internacional e outros produtos, como tabaco e algodão, outras nações tinham uma produção e negócios mais bem estabilizados.

O autor de Formação Econômica do Brasil (1979) cometa a expansão e predomínio da produção de café, produto que já era consumido e muito bem aceito pelas condições climáticas e ecológicas. A propulsão para o desenvolvimento dessa economia foi à independência do Haiti que era o principal produtor internacional deste, enquanto colônia Francesa. Como cita o autor sobre o êxito da economia cafeeira no século XIX:

“[...] No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações. Conforme já observamos, todo o aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no correr da primeira metade do século passado, deve-se estritamente à contribuição do café”. (FURTADO, 1979)

A economia do Brasil encontrava-se em um empasse, pois, a economia açucareira não conseguia mais competir no mercado internacional e outros gêneros agrícolas também não tinham espaço. Devido à conjuntura europeia, comenta o autor, o açúcar extraído da beterraba era utilizado e muito bem substituível pelo açúcar de cana. Tiveram que encontrar outro produto.

O contexto no qual a classe empresarial encontra solução no produto café, como evidencia o autor, aparece pelos motivos de já ser um produto cultivado, haver mão de obra disponível devido à desintegração da economia mineira e, sem dúvida alguma, o transporte pode ser feito. As mulas foram fundamentais para solucionar o problema do transporte.

A política econômica na qual a classe dominante brasileira não tinha preocupações mercadológicas, como encontrar uma mercadoria com aceitação no mercado internacional, de estruturar um modelo de negócio e, além disso, exclusividade comercial para com Portugal são características coloniais. Contudo ao passo do surgimento da economia cafeeira emerge uma classe empresarial atuante.

Segundo C. Furtado na economia cafeeira é o primeiro momento no qual existe uma classe dominante que autodetermina sua produção, negocia e vende sua mercadoria. Essa classe capitalista foi inédita e contribuiu para a formação da república, assim também, nortearam as políticas econômicas no Brasil.

Nesta primeira fase, como descreve Furtado, na economia cafeeira ainda na região norte do Estado usava mão de obra escrava e entrou em crise devido ao alto índice de mortalidade desses trabalhadores (condições existenciais de vida e trabalho dos escravos) junto à impossibilidade de reposição deste. O mundo estava em um processo de abolição da escravatura, sendo o fim deste comercio.

A economia cafeeira teve dois períodos. O primeiro teve sua localização no Vale do Rio Paraíba interior de São Paulo, em meados do século XIX. O segundo período se localizou no Oeste do Estado de São Paulo, no século XIX e as primeiras décadas do século XX. Os motivos apontados por Furtado para determinação da região se devem a formação econômica da região e as condições geográficas.

A formação econômica do Vale do Paraíba, região norte do Estado de São Paulo tem suas comunidades e cidades constituídas por bandeirantes, comerciantes como traficantes de escravos e outras mercadorias como, por exemplo, carne de charque. Os tropeiros foram personagens presentes, como os muleiros.

Com a economia mineira aquilo era escoado de Minas até o litorâneo município de Paraty, passando pelo Vale do Paraíba por cidades como Cunha e outras a caminho da metrópole usaram os serviços de muleiros. Estes foram fundamentais para o início da atividade capitalista na economia cafeeira por já existirem e garantirem a logística necessária.

Essas atividades econômicas da região contribuíram para a determinação da ação da classe empresarial cafeeira, a qual encontrou no vale algumas forças produtivas que facilitaram o empreendimento desejado. Outro fator era os trabalhadores escravos que puderam ser realocados da economia mineira. O último fator eram as terras, mas a classe dominante gozava de grandes propriedades de latifúndios.

No entanto a conjuntura internacional pressionava para a abolição da escravatura em todo o mundo e o Brasil teve que entrar nos conformes, mesmo que tardiamente. Então é neste momento que entramos no segundo período da

economia cafeeira que não detalharemos por não ser de relevante importância para com as informações e características da industrialização no Vale do rio Paraíba do Sul.

A segunda fase da economia cafeeira se compreende pelo Oeste do Estado paulista e que teve como força motriz a mão de obra imigrante Europeia. Aponta C. Furtado que frente à inelasticidade da oferta de trabalho em função do tráfico de escravos, além mostrar uma dedução na qual a taxa de mortalidade era maior que a de natalidade, apontava o setor de subsistência, mas que por motivos sociais e políticos não aconteceu o recrutamento:

“ [...] se se excetuaram algumas regiões de maior concentração demográfica e características algo diversa – como o sul de Minas – a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão de obra dentro da mesma será tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos. Na realidade, um tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários de terra. A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político o que entrava em jogo.” (FURTADO, 1979)

As forças de trabalho em potencial eram consideradas inadaptáveis à produção das grandes lavouras -o residente era nomeado caboclo- seja pelos hábitos impraticáveis nestas, quanto pela conjuntura política e social. Dessa maneira os grandes proprietários, classe dominante, encontrou na mão de obra imigrante europeia a solução.

Diferentemente dos EUA o Brasil não contava com uma predisposição da parte dos imigrantes, porque não havia condições estruturais e econômicas promissoras ou muito menos equivalentes. Para tanto o governo Imperial passa a criar colônias:

“As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja “raça” era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. Era essa uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras essas que se prolongavam algumas vezes de forma absurda.” (FURTADO, 1979)

Desta forma houve indução para imigração europeia, o autor chega a citar o caso da colonização alemã do Rio Grande do Sul. Mas a experiência mostrou que a

falta de mercado interno não garantia a venda dos excedentes produtivos, o resultado foi atrofiamento monetário e regressão a subsistência.

O governo imperial não tendo êxito acabou por ter de cooperar para com o setor cafeeiro dos grandes proprietários de lavoura. O governo financiava as passagens e os proprietários asseguravam o trabalho e moradia dos migrantes, sendo esses financeiramente mais fracos, os quais eram responsáveis pelos pagamentos mediante a venda de seu trabalho futuro e de seus parentes nas lavouras de café.

“Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade.” (FURTADO, 1979)

Em linhas gerais dos imigrantes europeus nesta via de contrato e forma de vida eram em sua maioria italiana, devido ao processo de unificação política do Estado italiano surgia muita intranquilidade social. A solução migratória para os italianos como fuga dos conflitos em sua nação em formação foi aparentemente razoável.

“Estavam, portanto, lançadas as bases para a formação da grande corrente imigratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no Estado de São Paulo. O número de imigrantes europeus que entraram nesse Estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália.” (FURTADO, 1979)

Sendo dessa maneira resolvida a questão de mão de obra para a lavoura, o momento em questão se passa pelo século XIX mais decisivamente nos dois últimos quartis deste. No momento concluo o panorama geral da história econômica e para abordar no próximo tema e relação da política econômica na economia política do interior paulista, inclusive faço o fechamento do panorama geral acrescentando a questão da eliminação do trabalho escravo.

A eliminação do trabalho escravo no Brasil, mais precisamente, nas regiões próximas ao Vale do Paraíba como o sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro já não encontravam utilidade desse trabalhador nas lavouras. A região encontrou-se com as terras deterioradas, devido à primeira expansão cafeeira a qual capitalizou a segunda expansão em sentido ao oeste paulista.

As plantações dessa segunda expansão contavam com linhas férreas o que facilitava a utilização de terras distantes do Oeste. Além disso, o autor Furtado comenta certo “embargo” do sistema colonial:

“[...] o homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de via familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas “necessidades”. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma forte preferência pelo ócio” (FURTADO, 1979)

Assim as buscas dos agentes econômicos para satisfazer suas necessidades acabam bem rústicas, acontecendo com frequência uma variável presença desses trabalhadores que acabavam por “embargar” suas mãos de obra para as grandes lavouras dos proprietários. No entanto esse processo repercutiu problemas sociais:

“[...] abe tão-somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de “necessidades”, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país.” (FURTADO, 1979)

De tal modo, em resumo, o primeiro tema do assunto serve como “panorama geral” para contextualizar os parâmetros das circunstâncias da história econômica brasileira para com o determinado arranjo social do interior paulista.

Informações essas que permitem obter uma lente mais detalhada das relações sociais do interior, nas quais o processo eleitoral da primeira república esteve em função. Os representantes eleitos eram convenientes para com as demandas da economia cafeeira.

## **1.2. Consolidação da Atividade Econômica na Região**

A economia cafeeira brasileira teve um papel fundamental para a ruptura do período colonial, para a constituição de um novo Brasil moderno, no qual as relações comerciais com Portugal mudaram drasticamente e criaram uma nova atmosfera. Atmosfera, esta, em que o povo brasileiro se insere cada vez mais no modo de

produção capitalista, especialmente com a chegada da família real no Brasil, em 1808.

No território nacional a primeira classe empresarial burguesa, cujos motivos e atos de exportação e comércio são verdadeiramente brasileiros, consolidam a acumulação de capital. E, essa acumulação de capital acontece por meio de produtos agrários e em favor da classe proprietária de terras, em conjunto com comerciantes e outros grandes capitalistas agroexportadores.

Essa nova classe empresarial capitalista se difere daquela classe dominante da “Casa Grande”, que já existia desde o início da colonização; pois, com a abertura dos portos ocorreu total envolvimento desses capitalistas no mercado internacional, na busca pelo produto certo, ofertado no momento certo do mercado internacional.

O momento em que aparecem esses capitalistas, no início do século XIX, as exportações brasileiras estavam em declínio, mas o mercado internacional se encontrava em ritmo acelerado: seja entre as outras colônias da América, na produção de bens primários e, de modo geral, agrários, seja em toda a Europa.

Os produtos plantados na economia colonial eram basicamente o algodão e o açúcar, além das, nomeadamente, drogas do sertão.

Na primeira metade do século XIX, Furtado descreve o declínio das exportações e a falta de produção interna para estimular o aumento das exportações novamente. E, dessa vez, a produção de algodão não conseguia fazer frente à produção dos Estados Unidos:

“A situação do algodão, segundo produto das exportações brasileiras no começo do século, ainda era pior do que a do açúcar. A produção norte-americana, integrada nos interesses do grande mercado importador inglês, beneficiando-se do rápido crescimento da procura interna, desfrutando de fretes relativamente baixos, organizada no regime escravista (...), dominava totalmente o mercado. (...)”. (FURTADO, 1979)

Fumo, couro, arroz e cacau eram outras possibilidades, porém os mercados não demandavam tanto tais produtos, e nem eram elásticos. O mercado de fumo na África havia se perdido com a eliminação dos navios negreiros. O mercado do couro sofria forte concorrência do Rio da Prata. Por sua vez, o mercado de arroz dos Estados Unidos se beneficiava das novas técnicas de cultivo muito mais eficientes. E, por fim, o cacau era um novo mercado em expansão.

Terra, aqui no Brasil, era o que mais havia à disposição, mas, a mão de obra disponível era relativamente pouca e era utilizada tanto na indústria açucareira quanto na prestação de serviços domésticos.

O café, como mercadoria, surge como alternativa para a produção agroexportadora, tanto pelo motivo de já ser cultivado no território nacional para consumo local e ótima adaptação dessa espécie, quanto pelo fato de que o maior produtor, o Haiti, passava por um processo de independência, gerando desorganização no país, que abria espaço para as exportações brasileiras no mercado internacional, segundo Furtado (1979).

A região para implantação das lavouras de café teve que ser bem planejada, pois não contava com grandes recursos, muito menos mão de obra como explica Furtado. Assim, essa cultura aproveitou a localidade do Vale do Rio Paraíba do Sul e o Sul de Minas Gerais, porque, nessa região, havia grande oferta de mão de obra em razão da desagregação da economia mineira constituída anteriormente. Além do mais, sua proximidade com o litoral e a existência de transportes locais com mulas, eram perfeitas para a logística do cultivo do café.

Furtado destaca que “a etapa de gestação da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresarial que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país” (1979, p. 114). Esses empresários, essencialmente paulistas e da região do Vale, aproveitaram a mudança bastante significativa dos hábitos dos habitantes do Rio de Janeiro devido à chegada da corte portuguesa.

Esse estímulo ao abastecimento desse mercado era guiado por núcleos de população rural junto aos empresários comerciais; pois muitos destes transportadores formaram grupos comerciais e, depois, até passaram a constituir a vanguarda da expansão cafeeira.

Distintamente, aponta Furtado, as classes empresariais que se formaram nessa região sudeste tinham experiência comercial. E, em toda etapa da gestação da economia cafeeira, os interesses da produção e da comercialização estavam entrelaçados.

“A nova classe de dirigentes formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção de produtos, contatos oficiais, interferência na política

financeira e econômica. (...). Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. (...). Ao concluir-se o terceiro quartel do século XIX os termos do problema econômico brasileiro se haviam modificado basicamente. Surgira o produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão de comércio mundial” (FURTADO, 1979).

Furtado descreve a gestação da economia cafeeira no capítulo XX de seu livro “Formação Econômica do Brasil”. Nesta obra é destacado que a parcela dessa produção, dentre o total dos produtos exportados no final do século XVIII, seja em volume seja em percentual, era muito relevante. Além disso, o autor evidencia que essa quantidade exportada chegou a mais que quintuplicar no período entre 1821-30 e 1841-50 e, completa, colocando a gestação dessa economia cafeeira como sendo, no segundo e terceiro quartel do século, a principal atividade econômica do Brasil. E, esse período se passa no Vale do Paraíba e no Sul de Minas Gerais.

A oferta de mão de obra interna era um problema a ser resolvido, pois o trabalho escravo vindo do tráfico negreiro era impossível e a relação natalidade e mortalidade dos escravos presentes no Brasil era negativa. A oferta de trabalhadores do setor de subsistência era extensa e dispersa em todo território nacional como destaca Furtado (1979):

“O sistema de sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos do número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais. Contudo, não era este o aspecto fundamental do problema, pois sendo a terra abundante não se pagava propriamente renda pela mesma. Dentro da economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A “roça” era e é à base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos. Ao nível da roça o sistema é exclusivamente de subsistência, a nível da unidade maior é misto, variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região.” (FURTADO, 1979)

O autor conclui o capítulo a respeito dessa mão de obra afirmando que a impossibilidade de a utilizar surgia não só da falta de habilidade, costume ou dispersão desses trabalhadores pelo Brasil, como também, sem dúvida alguma, do descompromisso dos grandes proprietários de terra com a causa:

“[...] A este interessava basicamente que o maior número de pessoas vivesse em suas terras, cabendo a cada um tratar de sua própria subsistência. Desta forma o senhor de terras, no momento oportuno,

poderia dispor da quantidade de homens que pudesse utilizar a qualquer momento e para qualquer fim. Em consequência, o roceiro da economia de subsistência, se bem não estivesse ligado pela propriedade da terra, estava atado por vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupo social.” (FURTADO, 1979)

E, continua o autor:

“Se se excetuam algumas regiões de maior concentração demográfica e características algo diversa – como o sul de Minas – a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão de obra dentro da mesma seria tarefa difícil e exigiria grande mobilização de recursos. Na realidade tal recrutamento seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários da terra. A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente poderia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político o que entrava em jogo.” (FURTADO, 1979)

A solução para suprir a demanda de mão de obra nas lavouras cafeeiras foi a imigração europeia, e buscou-se essa alternativa para evitar o assalariamento dos chamados “caboclos”, como é observado na obra de Furtado.

As condições de trabalho nas quais a mão de obra europeia viria a realizar aqui, no Brasil, eram diferentes das condições dos Estados Unidos. Entre estas diferenças encontra-se o aumento das exportações de algodão dos EUA para a Europa e, isso, baixava o preço das passagens de retorno aos EUA. Contudo as migrações se justificavam pelo novo mercado em expansão, fortemente impulsionado pelo desenvolvimento das grandes plantações a base de trabalho escravo nos Estados do sul.

Para suprir a oferta de mão de obra, a fim de atender as lavouras cafeeiras, criou-se a chamada “venda de trabalho futuro”, que consiste no pagamento das passagens e outros custos para imigração de europeus ao Brasil. Na página 126 Furtado (1979) descreve:

Nas colônias inglesas, o financiamento corria por conta do empresário. No caso brasileiro, o governo cobria a parte principal desse financiamento que era o preço da passagem da família. É fácil compreender que esse sistema degeneraria rapidamente numa forma de servidão que nem sequer tinha um limite de tempo fixado, como ocorria nas colônias inglesas. Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. (FURTADO, 1979)

O imigrante europeu, no Brasil, em sua grande maioria, veio da Itália, pois este país passava pelo processo de unificação do Estado Italiano e pelas formações industriais que geraram grande intranquilidade social; assim, a imigração apareceu como solução para muitos. Furtado comenta que no último quarto do século, foram 803 mil imigrantes, sendo 577 mil provenientes da Itália.

## **CAPÍTULO II – Indústrias Emergentes**

### **2.1. O Início e os aspectos principais**

Meados do século XVIII a economia na região, segundo Nice Lecocq Muller (1969), era simples e, em seu trabalho, ela descreve cada setor. O primário voltado a subsistência marcado pela incipiência das trocas e dificuldade do desenvolvimento do trabalho artífice. Em grande parte, viviam do que os sítios e chácaras produziam para subsistência com algumas exceções que se dedicavam a tirar madeiras para venda, matar animais e curtir suas peles para venda e à pesca. A média da população nesse setor era de 68,75% na região -segundo mesmo trabalho.

No setor secundário, havia trabalhos artesanais (muitas vezes domésticos) em boa parte possuindo o estabelecimento comercial, porém ainda incipiente as atividades como um todo. Em pequenas proporções. Incluía uma média de 19% da população regional. São poucos ofícios que, em geral, não podem ser considerados manufatura ou apenas para reparos. Os produtores têxteis eram basicamente voltados para o público masculino em casos pontuais, normalmente as roupas eram feitas em domicílio principalmente as femininas.

O setor terciário era muito reduzido, principalmente seu desenvolvimento, representava cerca de 11% da população do Vale do Rio Paraíba. De modo geral, esse setor consistia basicamente nos estabelecimentos de sítios e chácaras, armazéns de secos e molhados e, também, da parcela da população militar e paramilitar.

Os aglomerados, quase urbano, como constata a autora:

“Reunião grande número de pessoas ligadas a atividades rurais, com pequena representação de ofícios e de serviços, correspondendo ao mínimo necessário para atender à sua população e às funções de pontos de paradas na circulação regional. Esse pequeno equipamento era, a um tempo, causa e efeito da economia de autossuficiência que reinava nas propriedades rurais: as “casas-grandes” eram centros de produção e de consumo de todas as utilidades mais indispensáveis, pelo isolamento em que viviam e pelo pouco que os aglomerados urbanos tinham a oferecer-lhes.” (MULLER, 1969)

Com o tempo e ao passo dos anos, os núcleos urbanos no século XIX nas primeiras décadas a situação dos núcleos urbanos se mantinha, aproximadamente,

a mesma. Com pequenas diferenças nos setores secundários e terciários. Porém, graças a cafeicultura as características tenderam a mudar.

A mudança no setor secundário apareceu com a maior especialização nos ofícios, como exemplo na construção o aparecimento de carpinteiros, oleiros, marceneiros, telheiros, pedreiros, pintores, “latueiros” ou funileiros. Houve também diminuição do sistema de autossuficiência doméstica, Nice chega a ligar tal situação a maior participação da mulher como fiandeiras a afirmação do trabalho feminino dentro das contingências.

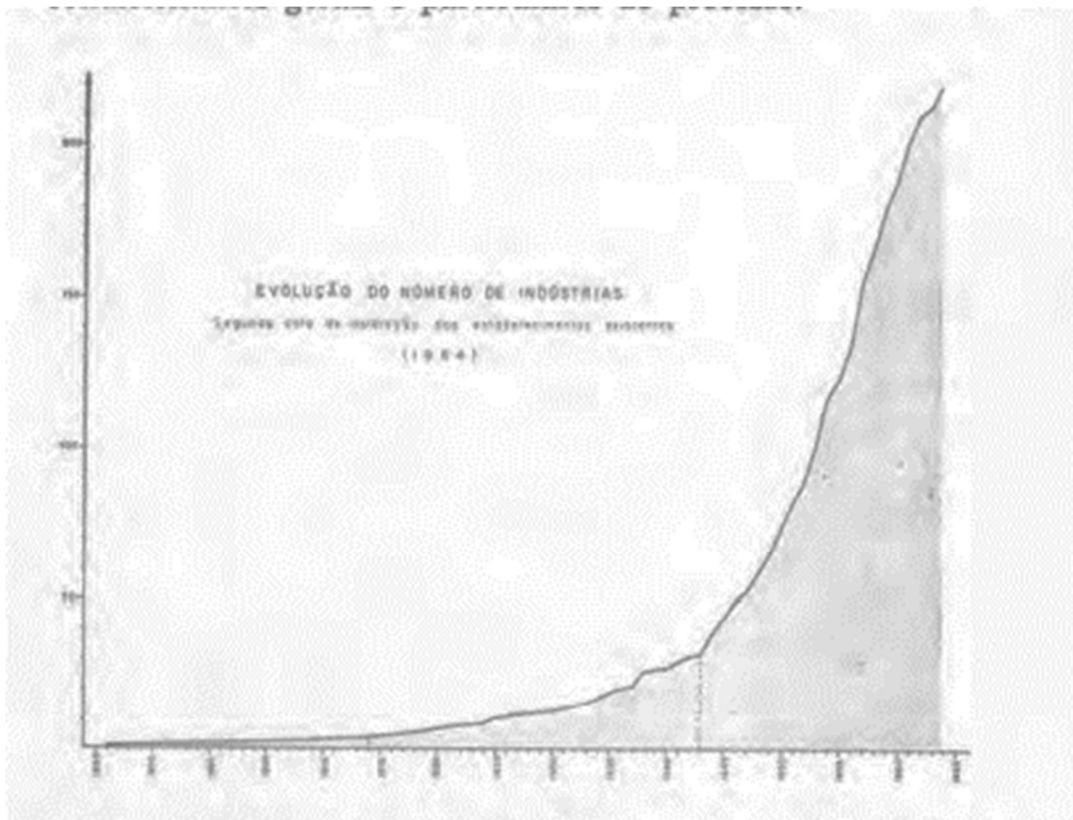
Nesse período, apenas os fazendeiros eram capazes de demandar a oferta dessas ocupações. Dessa forma, a expansão ou estabilidade dessas atividades econômicas urbanas era simplesmente improvável.

A região em função da atividade econômica cafeeira passa por uma enorme mudança e, naturalmente, os centros urbanos detiveram as maiores evidências desse fato. Como em:

“Da documentação fornecida pelos dois viajantes deduz-se que, apensar de ter o café importante papel no desenvolvimento dos núcleos urbanos, as vias de circulação permanecem como elemento básico da hierarquização das cidades. Assim, comandando o acesso para Ubatuba, então grande porto de café, cidade cuja renda chegou, em 1856, a sobrepujar a da Capital, Taubaté se mantém como a cidade mais importante da região. Lorena e Guaratinguetá tinham possibilidade, como o faziam, de disputar um segundo lugar, que, talvez pelo mau estado em que se encontrava a estrada para Parati, parecia pender mais para Lorena, com ligação para Minas e para Mambucaba” (MULLER, 1969)

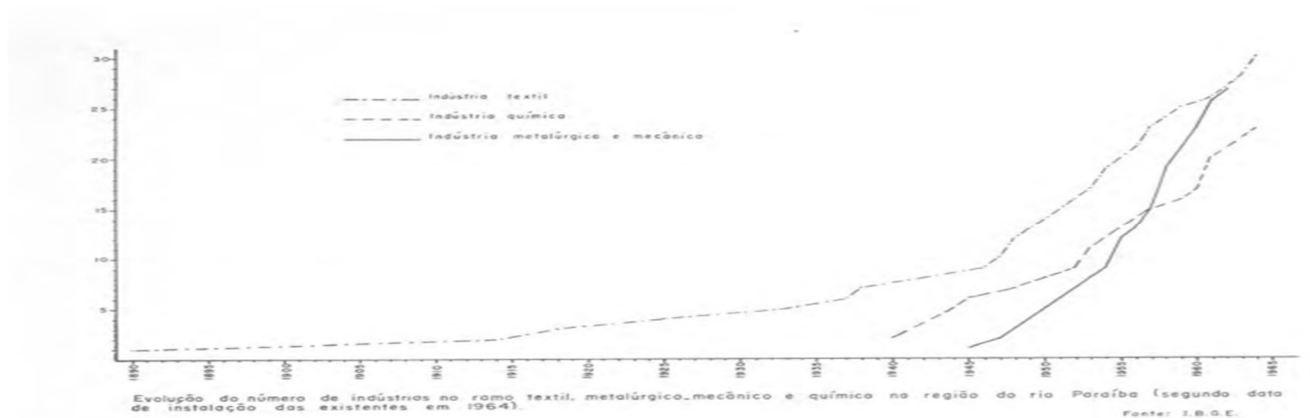
A urbanização moderna no Vale do Paraíba e seu crescimento deve ser verificado descobrindo as condicionantes gerais e particulares do processo. Nas primeiras décadas do século XX teve um processo de urbanização bastante marcante que se intensificou cada vez mais.

Fonte: Nice Lecocq (1969)



Vamos considerar também, entre as indústrias a evolução dos seguimentos Têxtil, químico e de metalurgia e mecânica:

Fonte: Nice Lecocq (1969)



Graças ao trabalho da autora também conseguimos o volume do operariado em cada cidade como:

Fonte: Nice Lecocq (1969)

CIDADES	OPERÁRIOS			Variação (%) 1940-1960
	1940	1950	1960	
Aparecida.....	278	574	759	+ 140
Arelas.....	13	9	10	- 23
Bananal.....	100	167	243	+ 122
Caçapava.....	530	1 002	855	+ 58
Cachoeira Paulista.....	110	128	185	+ 40
Cruseiro.....	413	1 419	2 371	+ 474
Cunha.....	14	30	96	+ 300
Guararema.....	49	149	192	+ 291
Guaratininguá.....	1 300	2 120	2 093	+ 53
Jacareí.....	1 620	1 719	2 873	+ 77
Jambeiro.....	54	22	13	- 75
Lavrinhas.....	---	61	2	- 96(1950-60)
Lorena.....	285	634	901	+ 216
Monteiro Lobato.....	---	10	8	- 20(1950-60)
Natividade da Serra.....	14	15	8	- 42
Paraibuna.....	35	73	99	+ 182
Pindamonhangaba.....	661	890	788	+ 19
Piquete.....	22	2 425	90	+ 309
Quelus.....	142	31	43	- 69
Redenção da Serra.....	26	24	24	- 7
Rosira.....	---	---	14	---
Santa Branca.....	26	239	158	+ 507
Santa Isabel.....	82	343	659	+ 703
São José do Barreiro.....	28	21	4	- 85
São José dos Campos.....	2 034	3 515	8 003	+ 195
São Luís do Paraitinga.....	10	23	29	+ 190
Silveiras.....	16	13	6	- 62
Taubaté.....	4 522	4 797	6 047	+ 33
Tremembé.....	49	466	149	+ 50

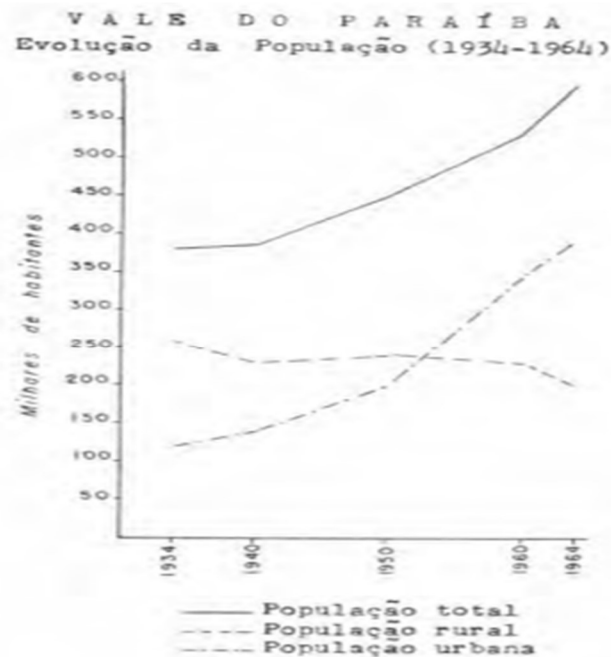
E a população urbana no mesmo período (1940-1960):

Fonte: Nice Lecocq (1969)

CIDADES	POPULAÇÃO URBANA				Variação do operariado (%) 1940-1960
	1940	1950	1960	Variação (%)	
Aparecida.....	5 016	8 759	15 290	+ 240	+ 140
Arelas.....	934	820	1 027	+ 9	- 23
Bananal.....	1 641	2 058	2 189	+ 33	+ 122
Caçapava.....	7 548	10 683	7 987	+ 5	+ 58
Cachoeira Paulista.....	5 250	6 555	10 305	+ 97	+ 40
Cruseiro.....	11 568	14 169	27 005	+ 132	+ 474
Cunha.....	975	1 508	2 693	+ 176	+ 300
Guararema.....	1 321	1 450	2 259	+ 71	+ 291
Guaratininguá.....	15 305	20 811	38 293	+ 148	+ 53
Igaratá.....	301	404	349	+ 15	---
Jacareí.....	11 797	15 251	28 131	+ 138	+ 77
Jambeiro.....	638	674	736	+ 15	- 75
Lagoinhas.....	460	498	892	+ 87	---
Lavrinhas.....	793	788	655	- 16	- 96
Lorena.....	10 030	19 033	26 058	+ 159	+ 216
Monteiro Lobato.....	427	475	468	+ 9	- 20
Natividade da Serra.....	605	823	1 003	+ 44	- 42
Paraibuna.....	1 793	1 677	2 384	+ 32	+ 182
Pindamonhangaba.....	8 642	13 307	19 144	+ 121	+ 19
Piquete.....	5 001	7 471	10 543	+ 110	+ 309
Quelus.....	2 115	2 228	2 928	+ 38	- 69
Redenção da Serra.....	540	804	1 052	+ 94	- 7
Rosira.....	---	852	1 298	---	---
Santa Branca.....	1 050	1 426	2 532	+ 141	+ 507
Santa Isabel.....	1 145	1 809	4 631	+ 304	+ 703
São José do Barreiro.....	872	870	1 040	+ 19	- 85
São José dos Campos.....	13 491	25 892	55 349	+ 310	+ 195
São Luís do Paraitinga.....	1 164	1 395	2 153	+ 84	+ 190
Silveiras.....	813	767	1 020	+ 25	- 62
Taubaté.....	27 548	35 149	64 863	+ 135	+ 33
Tremembé.....	2 113	2 943	4 478	+ 111	+ 50

Dentro disso, temos a evolução da população no Vale do Paraíba, no período de 1934 até 1964, segundo a autora:

Fonte: Nice Lecocq (1969)



Toda essa evolução tem como origem o processo de industrialização que ocorreu pelo Vale do Paraíba e das demais atividades econômicas seja dos setores primários e terciários. Inclusive, o fator maior de modernização urbana tem o foco as indústrias emergentes e os fluxos migratórios na região e do país para essa região. Como aponta em:

“Essa fase inicial de industrialização, além de corresponder à ação de condicionamentos de ordem geral, refletiu, também, a atuação de fatores específicos à região. Assim, deve-se considerar que, com a decadência da cafeicultura, capitais dela oriundos teriam ficado disponíveis para outra forma de aplicação; que, com a abolição da escravatura e pelo fato da criação de gado exigir pequeno volume de trabalhadores rurais, refletiu para as cidades uma mão-de-obra em disponibilidade e de baixo preço; finalmente, que a euforia econômica criada pelo café fez com que se elevasse o nível de vida, criando novas possibilidades, cuja satisfação estaria, basicamente, no âmbito da produção industrial. Além disso, a situação geográfica da região, entre as duas primeiras cidades do País – Rio de Janeiro e São Paulo – e as facilidades de comunicação, ampliadas com a construção da EFCB (antiga D. Pedro II), foram fatores decisivos na somatória de condições favoráveis à industrialização do Vale do Paraíba, que se faria em progressão crescente.” (MULLER, 1969)

Ademais, como ressalta a autora, a região recebeu muitos olhares criando um parque industrial de grande relevância. Isso não somente pela proximidade com as capitais, mas também pelos recursos presentes em toda região.

Crescimento vegetativo no Brasil, obra extraída do IBGE:

Fonte: Nice Lecocq (1969)

<i>Anos</i>	<i>População urbana</i>	<i>Índice percentual da população urbana em relação à total</i>
1872	900 000	10,0
1890	1 200 000	10,0
1920	3 000 000	10,0
1940	13 100 000	31,8
1950	18 776 000	36,2
1960	31 990 000	45,0

Em comparação com a região selecionada o país e Estado de São Paulo foram identificadas nas obras da autora. lista de cidades com maior população no Estado de SP.

Fonte: Nice Lecocq (1969)

1.	Santos	262 048
2.	Campinas	179 797
3.	Ribeirão Preto	116 153
4.	São Caetano	114 039
5.	Sorocaba	109 258
6.	Bauru	85 237
7.	Jundiaí	84 010
8.	Piracicaba	80 670
9.	Guarulhos	77 980
10.	São Vicente	73 578
11.	São José do Rio Preto	66 476
12.	Taubaté	64 863
13.	Mogi das Cruzes	63 748
14.	São Bernardo	61 645
15.	São José dos Campos	55 349

O grau de urbanização observados na região puderam ser extraídas da obra da autora. O quadro abaixo é referente a década de 1950:

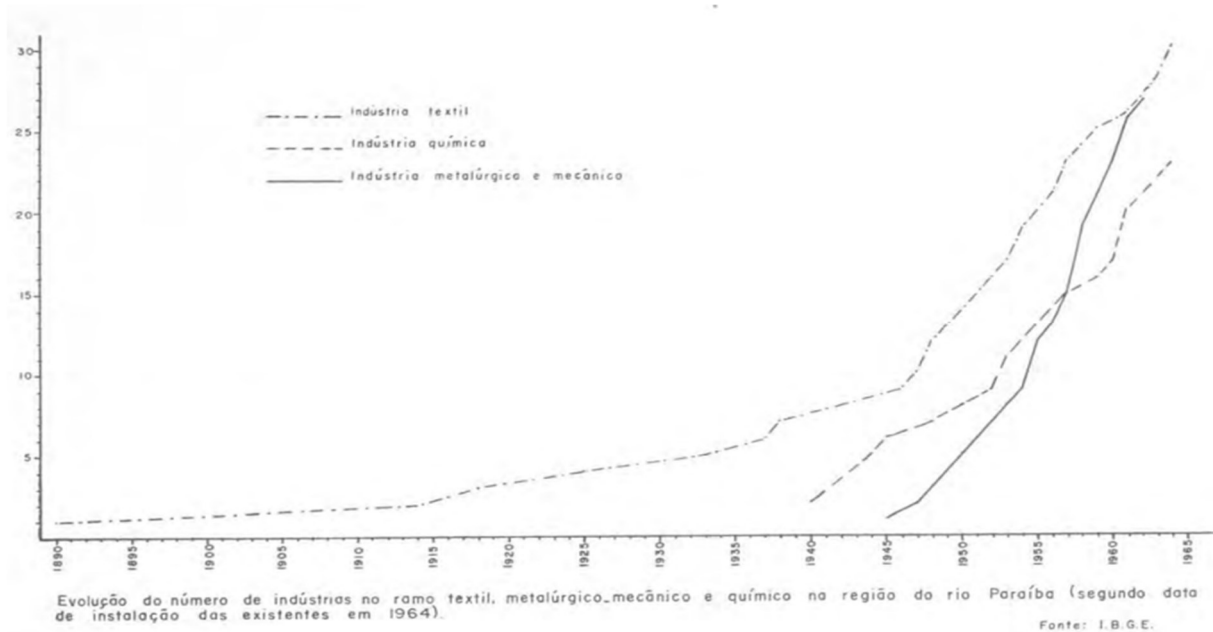
Fonte: Nice Lecocq (1969)

MUNICÍPIOS	População total	População urbana	% da população urbana
<b>Médio Paraíba</b>			
Aparecida.....	19 696	15 290	77
Areias.....	2 880	1 027	26
Bananal.....	12 810	3 052	23
Caçapava.....	24 199	7 957	33
Cachoeira Paulista.....	15 538	10 366	66
Cruzeiro.....	31 569	27 005	85
Guararema.....	7 688	2 259	29
Guaratinguetá.....	52 577	38 293	72
Igaratá.....	2 851	349	12
Jacareí.....	35 390	28 131	79
Lavrinhas.....	3 248	1 073	33
Lorena.....	33 254	20 068	78
Monteiro Lobato.....	3 800	468	12
Pindamonhangaba.....	39 628	20 174	50
Piquete.....	12 312	10 543	85
Queirus.....	5 477	2 928	53
Rosaura.....	3 003	1 298	43
Santa Isabel.....	11 787	4 631	39
São José do Barreiro.....	5 753	1 040	18
São José dos Campos.....	77 533	56 882	73
Silveiras.....	5 129	1 020	19
Taubaté.....	78 744	65 911	83
Tremembé.....	9 032	4 478	49
<b>TOTAL.....</b>	<b>491 899</b>	<b>330 273</b>	<b>66</b>
<b>Alto Paraíba</b>			
Cunha.....	21 848	2 953	13
Jamboiro.....	3 207	739	22
Laçoinha.....	5 175	862	16
Natividade da Serra.....	11 335	1 170	10
Paraibuna.....	15 415	2 384	15
Redenção da Serra.....	5 400	1 052	19
Santa Branca.....	6 285	2 532	40
São Luís do Paraitinga.....	10 497	2 493	23
<b>TOTAL.....</b>	<b>79 162</b>	<b>14 182</b>	<b>17</b>
<b>TOTAL GERAL.....</b>	<b>574 061</b>	<b>344 455</b>	<b>60</b>

O quadro mostra o percentual de população urbana de cada município da região. Dessa forma, considera-se quatro tipos de níveis de urbanização em cada município, respectivamente do mais urbanizado para o menos, acima de 70% super urbanizado; de 50% a 69% Urbanização média; faixa de 30% a 49% de urbanização é baixa; suburbanizado abaixo de 29%.

Indústrias Têxtil em comparação com outros dois setores, química, metalúrgica e mecânica:

Fonte: Nice Lecocq (1969)



## 2.2. Formação das indústrias e Expansão Têxtil pela região

A primeira indústria no Vale tem sua localização em São Luiz do Paraitinga e pertenceu a uma família de cafeicultores, fundada em 1875. Essa indústria de fiação e tecelagem deve ter sido o empreendimento inicial. A qual aproveitou a produção de algodão municipal e tinha 75 empregados contratados.

Essa fábrica durou cerca de uma década, porém, graças à linhas férreas “Estrada de Ferro Central do Brasil” que outrora era nomeadamente “Estrada de Ferro Pedro II” mudou o destino econômico de toda região do Vale do rio Paraíba do Sul. A região da serra do mar, antes caminho para o ouro no ciclo econômico mineiro, agora torna-se bucólica. Como aponta Ricci:

“Porém, com a ligação das capitais do Rio de Janeiro e São Paulo feita pela Estrada de Ferro Pedro II, o ulterior desenvolvimento industrial da região se realiza as margens da ferrovia, cujo leito se assentou na calha do Vale Médio, em paralelo ao rio Paraíba. O porto de Ubatuba, para onde convergia a economia do Vale desde o ciclo do ouro, perde importância. Tanto assim que não se conseguiu concluir a estrada de ferro Taubaté-Ubatuba.” (RICCI, 2006)

Notável presença de dois irmãos franceses com pequeno capital financeiro, Luiz Simon e Leôncio, montaram uma fábrica de meias, por volta do ano de 1879. Ramo promissor na época. O capital inicial considerado foi de 32 contos de réis. O maquinário de fabricação holandesa e francesa. A firma consumia 12 mil quilos de

fios de algodão por ano com um fio de uma torção especial, importados da França e da Inglaterra e atingia a produção de 13 a 14 mil dúzias de meias sem costura por ano e, seu destino, eram as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1885 a fábrica foi vendida para um grupo de fazendeiros de Jacareí por 40 contos de réis. Agora a firma se localizava no centro da cidade e no maior prédio. Nessa ocasião a fábrica detinha outro padrão de energia motriz que antes, passando de origem hidráulica para a vapor conforme a tecnologia moderna no século XIX e funcionavam com lenhas das florestas próximas e carvão mineral. Os motivos são falta de quedas d'água em Jacareí e falta de regularidade no ritmo da produção pela energia hidráulica. O uso da lenha foi necessário até que:

“Porém, no caso das indústrias do Vale do Paraíba Paulista, a superação dessa adversidade será possibilitada com a construção de estradas de ferro ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais, permitindo o acesso ao carvão importado da Europa Ocidental e incentivar o aperfeiçoamento e a expansão das manufaturas têxteis em incentivar o aperfeiçoamento e a expansão das manufaturas têxteis em áreas antes isoladas com dificuldades nos setores de comunicação e transporte.” (RICCI, 2006)

Ademais, para a evolução da indústria têxtil na região foi essencial a presença de mão de obra especializada estrangeira. Esses estrangeiros, na maioria das preferências ingleses, eram mestres que ensinavam a como trabalhar com as máquinas melhorando a qualidade de trabalho da massa de operários brasileiros não especializados. Esses imigrantes europeus optaram por essa alternativa em função da depressão europeia nas décadas de 1870 e 1880.

A política do encilhamento, mesmo com suas contradições, possibilitou certa viabilidade para expansão industrial. Nisso temos a fundação da maior indústria da região no período, nomeadamente, Companhia Taubaté Industrial (CTI).

“Na última década do século XIX, o fenômeno do encilhamento estimulou um surto de expansão industrial, seguido de depressão na taxa de câmbio, o que proporcionou uma proteção à produção nacional, enquanto a renda e a demanda interna se mantinham” (RICCI, 2006)

A CTI surgiu com capital especulativo dos investidores locais e um banco de Taubaté, o Banco Popular de Taubaté. Em 1891 a CTI é fundada como sociedade anônima. A fábrica foi erguida com recursos da região, como tijolos de barros e telhamento de pinho e cerâmica evitando altos custos e perda de tempo com importação de ferro para paredes e telhados. Essas matérias primas eram fabricadas na região em olarias.

O censo de 1907, segundo Ricci, a CTI chegou a produzir 468 mil metros de tecido, 11 mil kg de fios com 261 operários. A CTI na República Velha representou a 16° posição na produção nacional desse artigo. Segundo Ricci:

“Com o convênio de Taubaté e a criação da caixa de conversão, em dezembro de 1906, fixando o câmbio em 15 dinheiros por mil réis, atendeu-se às reivindicações dos cafeicultores e industriais quanto à desvalorização da moeda. As medidas favoreceram a importação de bens de capital e a atração do capital estrangeiro” (RICCI, 2006)

Tal ciclo de investimentos perdurou até a crise de 1913. Dessa forma, potencializou as capacidades de produção e a qualidade dos tecidos produzidos.

“O ciclo de investimentos reflete na região do Vale do Paraíba Paulista. Indústrias são fundadas e os capitais e os investidores alteram o perfil da produção regional, fazendo da indústria têxtil um setor com forte presença. [...] A solução adveio de uma reunião dos representantes da CTI e da Edward Asworth & Co. George Herbert Craig, representante da firma inglesa, apresenta proposta para aumento de capital da CTI para 1000:000\$000 (um mil contos de réis).” (RICCI, 2006)

A participação dos Ingleses na CTI tornou-se 70% das cotas. Inclusive, proporcionou a ampliação da área construída. Em 1913 a CTI passou a empregar cerca de 600 operários e operar com 1000 teares. No ano de 1914 houve outras empresas fundadas, com estatutos redigidos e possíveis de se encontrar, há até matérias em alguns jornais, porem essas empresas têxteis devem ter sofrido com o começo da I guerra mundial e não abriram nenhum estabelecimento industrial ou instalações de qualquer tipo.

Fonte: Nice Lecocq (1969)

**Quadro 4 - Comparação do Vale do Paraíba Paulista com São Paulo e Brasil, 1915**

Área	Fábricas	Capital,	Contos de réis	Trabalhadores
Brasil	240	321.110	82.257	média 343 trabalhadores
São Paulo	51	-	18.338	média 360 trabalhadores
Vale do Paraíba	4	3.800	1.200	média 300 trabalhadores

A média de Capital e de mão de obra utilizada as indústrias do Vale do Paraíba possuíam 1,18% e 1,14% do total, respectivamente. O Departamento Estadual do Trabalho, segundo Ricci, chega a publicar um boletim, primeiramente

falando sobre as reformas constituições de empresas novas e ampliações da capacidade produtiva:

“Não será exagerado calcular em mais de 6 000 o número de operários exigidos pelas ampliações das referidas fábricas, somente nos municípios de São Paulo, São Bernardo e Santos. No interior do Estado, onde por toda a parte surgem fábricas de tecidos, as necessidades são ainda maiores.” (RICCI, 2006)

A indústria aumentou muito no período pré primeira Guerra Mundial, chegando a quase dobrar o nível de investimento. Tem-se que a média entre 1900 e 1906 era de 164 865 libras por ano, passando a 48 939 libras por ano entre 1907 e 1913. Outro ponto que chama a atenção no boletim Estadual é a respeito dos acidentes de trabalho e assistência aos operários:

“Essa asserção é confirmada pela adoção, por parte de quase todas as fábricas de tecidos de juta, algodão e lã, de medidas de assistência e previdência, tais como o seguro contra acidentes, o fornecimento gratuito ou mediante contribuição fixa, em caso de acidente ocorrido em trabalho, de hospital, médico e farmácia, e diária, enquanto durar o impedimento do operário ferido; e pela adoção de semelhantes providências por parte dos industriais de tecidos de malha, seda e passamanaria.” (RICCI, 2006)

No período da I Guerra Mundial, marcou fortemente uma crise de crescimento que provocou baixa dos preços dos produtos de exportação e retração dos investimentos estrangeiros. O problema foi que os investimentos anteriores acirraram a competição interna o que dificultou a capitalização dessa situação.

Um problema foi que no primeiro período, de 1915 a 1916, aumentou-se a produção para satisfazer a demanda interna dos bens de consumo importados antes da Grande Guerra. Porém, depois a taxa de produção declinava até se tornar negativa uma vez que a mesma Guerra gerou escassez de matéria prima, insumos, máquinas e equipamentos importados. Logo, os lucros tendiam a graves quedas.

Vale ressaltar que a mão de obra útil e disponível era a nacional, outrora abandonada na econômica cafeeira, que por tempos foi eleita como inútil para as lavouras de café no Oeste paulista ou em outras localidades. Isso na segunda fase da economia cafeeira. Como aponta Ricci.

A industrialização e o crescimento econômico desse setor no Vale do rio Paraíba foi superior a todo o Brasil, tanto em Capital, quanto em quantidade de trabalhadores. Isso no período de 1915 até 1920. Enquanto o Capital das empresas têxteis no país sofreu um pequeno decréscimo, a região selecionada teve um

aumento pouco maior que 290%. A ampliação dos investimentos refletiu-se na quantidade de trabalhadores, um salto de 441%. No Brasil, o aumento de trabalhadores operários foi de 40%. Como na imagem abaixo:

Fonte: Nice Lecocq (1969)

**Quadro 10- Comparação do Capital e da Quantidade de Trabalhadores na Indústria Têxtil, Vale do Paraíba Paulista, 1915-Final da Década de 1920, e Brasil, em Réis, 1915-1932. Valores Deflacionados, Ano Base 1915**

ANO	VALE DO PARAÍBA		BRASIL	
	Capital contos réis	Trabalhadores	Capital contos réis	Trabalhadores
1915	3.800	1.200	321.110	82.257
Final dec. 1920/1932	14.900	6.500	316.562	115.550
Crescimento %	292,1	441,7	- 1,4	40,5

Fonte: Vale do Paraíba-Balancos das empresas citadas. Brasil-STEIN, 1979, p. 191.

### 2.3. Características do processo industrial

O processo industrial, mesmo que com suas particularidades, esteve em função da balança comercial de exportação. Dessa forma, o crescimento econômico industrial aconteceu ainda no “sentido da colonização”, assim como Caio Prado compara a essência colonial e sua tendência ao pertencer como uma engrenagem para o melhor proveito das economias Centrais:

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.” (PRADO JÚNIOR, 2011)

Nesse processo industrial, basicamente na região do Vale do Paraíba, percebemos que as máquinas são importadas e com elas o desempenho das indústrias nacionais estavam dependentes. Vimos que a mão de obra estrangeira foi fundamental, mesmo que a maioria dos operários tenham sido os já existentes na região. E a elasticidade da demanda dependia, também, do mercado internacional e, dessa forma, todo período das grandes Guerras para a economia industrial nacional teve forte impacto.

O impacto das Guerras, por mais que previsível, evidência a dependência e subordinação do capital industrial nacional ao capital internacional das economias centrais. As conclusões apontadas por Suzigan (2000):

1. A guerra levou a queda dos investimentos no Brasil (principalmente maquinário)
2. A produção industrial supriu a demanda interna, porém com a escassez de matéria prima, insumos e máquinas houve queda da taxa de crescimento da produção.
3. Os lucros variavam de acordo com a necessidade de insumos importados

Com a ascensão dos Estados Unidos no pós-guerra (Primeira Guerra) as empresas norte-americanas passaram a ocupar muito espaço no mundo e, junto a isso, as finanças públicas do Brasil passaram a ficar mais dependentes de Nova York. Segundo Caio Prado.

Fabio Ricci (2006), historiador, comenta sobre certa aproximação entre a elite agrária e a bancada industrial paulista na década de 1920. O autor coloca que:

“Dean (1971, pp. 140-8) indica uma aliança entre os industriais e os agricultores na década de 1920, pois compreenderam que sua prosperidade dependia do setor agrícola. A política de emissões do Governo, a partir de 1920, era favorável para o setor industrial. A inflação gerada desvalorizava os mil réis e aumentava o preço das importações, protegendo o mercado interno, ao mesmo tempo que facilitava as exportações, que tinham um preço em moeda estrangeira reduzido.” (RICCI, 2006)

No período da guerra houve o fortalecimento dos grupos ligados a indústria ao passo que o imposto sobre o consumo se equiparou às receitas das alfândegas no orçamento nacional. Isso levou, com o fim da I Guerra, um movimento governamental a reduzir as tarifas para artigos industriais importados. Naturalmente, os industriais paulistas fizeram um projeto para mostrar a importância da reforma da tarifa, o que chegou no Congresso.

As mudanças na política monetária nacional, na década de 1920, teve forte influência nas camadas urbanas da sociedade brasileira. Os industriais se movimentavam uma vez que, no auge da política emissionista em 1923 trouxe a desvalorização da moeda e a elevação de preços. O resultado nas indústrias foi enorme, como exemplo, enfrentaram encomendas canceladas, retração de crédito e,

também, invasão do mercado interno por produtos manufaturados estrangeiros. Ricci aponta que:

“Algumas adotam a opção de produzir tecidos mais finos, o que possibilitaria menor concorrência e uma elevação dos lucros. (STEIN, 1979) Outras iniciam a distribuição de seus produtos por conta própria, rompendo a dependência que tinham dos grandes comerciantes atacadistas de tecidos.”

Ademais, os industriais em sua organização, em 1928, fundaram o Centro das Indústrias de São Paulo, com Francisco Matarazzo na presidência e Roberto Simonsen como vice. O resultado foi a reforma tarifária de 1929. O impacto dessa conquista pode ser metrificado ao olharmos que em 1928 a importação de tecidos de qualidade média e superior era de 8 310 615 kg para um volume de importação de 1.338.304 kg em 1930.

Para continuarmos a analisar as características do processo industrial é fundamental lembrarmos a notável ruptura política, social e econômica do período histórico com a ascensão de Getúlio Vargas. Assim:

“A ascensão ao poder de Getúlio Vargas em outubro de 1930 levou ao reconhecimento da maior importância da indústria, aumentando a influência dos industriais têxteis, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, suplantando a influência antes exercida pela oligarquia agrária. Como nos indica Stein (1979, p. 141), “foi uma revolução que transcorreu sem alardes, quase despercebida, e que estava em gestação desde a Primeira Guerra Mundial”. (RICCI, 2006)

Mesmo entre conflito, distanciamento e aproximações entre as classes industrial e agrária o sentido da colonização persistiu. A preocupação da classe industrial em questões trabalhistas era dentro do necessário para evitar atrito entre empregados e patrões. As leis trabalhistas não foram de total agrado para os industriais.

A pesquisa acaba por mostrar que o setor cafeeiro contou com a infraestrutura para seu aproveitamento, por outro o setor industrial aproveitou dessa situação e, ainda, tinham interesses divergentes sobre políticas fiscais e monetárias. E que o surgimento e crescimento da indústria têxtil atendia ao setor de produto básico e o consumo interno.

## CAPÍTULO III – Confrontos e Contradições Econômicas e Políticas do Brasil

### 3.1. O Fisco

O incentivo fiscal sempre está em função da agenda política dos governantes, no caso dos emergentes industriais não foi diferente, e sua baixa influencia na esfera federal dificultou. A princípio, vamos considerar os municípios, onde raros casos há uma posição em favor das indústrias. Como aponta:

“[...] as indústrias locais estavam submetidas ao recolhimento de impostos municipais, e, que não só não eram sonegados, como estavam sujeitos a dupla tributação. Em nossa avaliação, o fato das Câmaras Municipais serem compostas por membros ligados à lavoura impunha limites para a obtenção de incentivos ao desenvolvimentos das atividades urbanas” (RICCI, 2006)

O confronto entre a classe industrial e agraria fica evidente nas políticas fiscais, assim como o jogo de influência dessas classes sob as Câmaras. Além disso, podemos verificar o caso em Jacareí mesmo sendo um caso isolado do que aconteceu em toda região do Vale do Rio Paraíba do Sul. Como em:

“Iremos encontrar legislação específica sobre isenção fiscal em apenas um município: Jacareí. A lei especificava os benefícios oferecidos às empresas que ali se instalassem, como terrenos e isenções de impostos municipais e as obrigações que as empresas deveriam cumprir, como construção de prédios e quantidade mínima de operários.” (RICCI, 2006)

Ademais, o quadro em toda região era diferente, como podemos absorver do caso da CTI que foi maior e mais bem sucedida indústria têxtil da região. Algumas vezes, como aponta Ricci, os industriais acabavam por pagar impostos do município em função da influência que a classe agraria exercia sob as câmaras Municipais.

“No mesmo período, em Taubaté, a CTI, fundada em 1891, não gozou de isenções de impostos, embora não faltassem iniciativas para obtê-las. A Câmara Municipal indefere a solicitação da empresa para isenção do imposto sobre indústria e profissões, a qual recebeu o mesmo tratamento que os demais estabelecimentos já instalados no Município.” (RICCI, 2006)

O que podemos perceber em toda obra de Ricci é que diante das reinvenções e inovações que a classe apresentou confronta com interesses muitas vezes que destoava a ordem do Capital agrário nacional. O que resultou em diversos empecilhos para o crescimento econômico industrial no Brasil.

Porém, em poucos casos, houve incentivo ou facilitações em troca que capital eleitoral. Seja pelo emprego ou pela dinâmica da atividade econômica regional. O

fato é que essa emergente classe industrial existiu, teve ótima elaboração e desenvolvimento, inclusive foi sabotada indiretamente pelos conflitos que naturalmente surgiria pelas tradições coloniais agrárias.

“Os critérios estabelecidos privilegiavam a atividade de empresas industriais para abastecimento local e regional e atividades diversificadas. Em parte, foi o que ocorreu, pois surgiram fábricas de macarrão, biscoitos, etc.” (RICCI, 2006)

Esse trecho, de Ricci, aponta exatamente a potência da dinâmica das indústrias regionais. Naturalmente, a parte fiscal de incentivo foi escassa e ficou apenas nas esferas municipais, quando existiram. Como aponta:

“A isenção de impostos as indústrias já existentes como indicado na lei, correspondia ao estabelecimento e condições de igualdade das empresas já instaladas, com aquelas que viessem a se instalar no município. Isso só era possível porque os setores urbanos exerciam influência sobre o poder municipal, que, sensíveis as pressões dos industriais já estabelecidos no município, estendiam a essas fabricas os incentivos concedidos.” (RICCI, 2006)

O último parágrafo extraído, poderia descrever algo a respeito das esferas Estaduais ou Federais, no entanto isso não ocorre. O fato se deve a forte influência da classe empresarial e capitalista agrária que jamais deu abertura e continua a não dar. O tráfico de influência dos industriais fora escasso mesmo com figuras como F. Matarazzo e R. Simonsen.

Essa Classe Industrial vai consolidar um certo espaço no cenário político nacional com o Estado Novo e a revolução de 1930. Ademais, mesmo que devido ao Encilhamento certo apoio as indústrias tem impacto positivo para a classe ainda é muito pouco e existiu principalmente para beneficiar os cafeeiros.

Como coloca Furtado sobre a balança comercial de exportação na qual a intenção era facilitar a comercialização do café no exterior, para isso houve desvalorização do câmbio para aumentar o escoamento e as vendas de café. Com isso, os industriais encontraram dificuldades durante o início do século XX.

A “socialização das perdas” devido ao cenário do mercado internacional de absorver a oferta de café com muita dificuldade, foi adotada essa política de desvalorização cambial. Como aponta C. Furtado e com essa situação e em função do agravamento diante da primeira Guerra e da crise de 1929 os industriais começaram a apresentar dificuldades.

Como vimos a partir do trabalho de Ricci ainda com iniciativa interna para fundação de novas indústrias, ocorre em meio as dificuldades apenas o registro documental dessas novas indústrias no vale. Como no caso do município de Caçapava que há um registro, porém nunca houve o estabelecimento físico.

A considerar a “Demanda Efetiva” e o “Efeito Multiplicador” Keynesiano, o Estado ao fomentar o consumo e o emprego poderíamos observar essas indústrias com melhor resultado e a elaboração de maior eficiência para uma nação rumo ao desenvolvimento, a questão é a conciliação das elites empresariais. O que se percebe, nesse ponto de vista teórico, é que houve uma falta de compromisso com as novidades da ciência econômica e, conforme vamos abordar no próximo item deste capítulo, muita tendência das políticas governamentais ao sentido oposto do desenvolvimentismo.

No último item, vamos abordar exatamente um debate que sintetizou esse período e as suas discrepâncias a respeito das políticas governamentais sobre os rumos da atividade econômica.

### **3.2. Crescimento e desenvolvimento**

A questão desse item é discutir a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico e sua aplicabilidade no Brasil, com todo respeito ao período e região de nosso objeto de estudo e em função da conjuntura nacional em que está inserido. As maiores contradições que observamos estão em obras dos clássicos autores brasileiros do século XX. O sentido da colonização, como aponta Caio Prado Junior:

“O sentido da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar.” (PRADO JÚNIOR, 2011).

Esse primeiro autor explica a formação do Brasil contemporâneo que, naturalmente, temos a necessidade de citar, uma vez que nosso objeto de estudo está no período da primeira república brasileira. República essa fundada por militares e civis. C. Prado explica exatamente a importância do Brasil para o mundo, qual a parcela o capital internacional tem demanda no Brasil:

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais

completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.” (PRADO JÚNIOR, 2011)

Formação Econômica do Brasil, obra de C. Furtado, aponta exatamente ciclos econômicos que houve no país. Primeira ocupação, economia escravista agrária de latifúndios; depois, economia mineira escravista, em terceira economia de transição para o assalariado e início da cafeicultura com trabalho escravo; a última, é a transição para um sistema industrial.

Na obra o autor aponta como a economia cafeeira se distingue da economia colonial, porém ainda com suas ressalvas. Ele evidência o quanto foram arbitrárias e cheia de corrupção as políticas governamentais do período da República da Espada, nomeadamente, política do café com leite. Por isso, vamos retomar alguns fatos importantes.

Por isso, segundo Pivoto, Caruso e Niederle que faz uma abordagem sobre a teoria de Schumpeter a respeito de desenvolvimento e crescimento econômico podemos ver a diferença nesses ciclos econômicos anteriores a cultura cafeeira para com a própria. A ruptura para uma classe empresarial articulada podemos reparar o crescimento do Brasil e certo desenvolvimento, como explica em:

“Impõem-se duas considerações preliminares para situar adequadamente essa análise. Em primeiro lugar, está claro que, para Schumpeter, o aspecto fundamental do desenvolvimento econômico diz respeito ao processo de inovação e às suas consequências na organização dos sistemas produtivos (SOUZA, 2012). Assim, enquanto novos produtos e processos forem gerados, a economia estará em crescimento. Os investimentos em inovação dinamizam o crescimento, gerando efeitos em cadeia sobre a produção, o emprego, a renda e os salários.” (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2017)

E continua com:

“Embora o autor defina crescimento como o resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que ocorrem em determinado sistema econômico, ele vê no desenvolvimento um processo de outra natureza, a saber, uma mudança qualitativa mais ou menos radical na forma de organização desse sistema, gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com o seu movimento regular e ordenado.” (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2017)

De fato, a primeira fase da cultura cafeeira gerou as indústrias, objeto do trabalho, no entanto essa mesma acaba por estrangular e torna-se uma produção,

ou oferta produtiva, que impacta em crescimento em sua segunda fase. Por isso, temos em meio a fundação da República e seu início com indústrias emergentes ao passo que a revolução de 1930 e o Estado novo já evidencia essa segunda fase, e com essa, maior tensão e atrito entre as elites empresariais e capitalistas.

A crise da economia cafeeira. No último decênio do sec. XIX criou-se uma condição perfeita para expansão da exportação de café, tanto por motivos de dificuldades de concorrentes quanto por facilidades no Brasil. Facilidades essas que por meio da descentralização governamental (na qual garante aumento do poder regional, daqueles fazendeiros) influenciada pela recém proclamada república. Com isso o aumento de crédito especialmente a classe cafeeira e mais tarde a valorização do café implicaram um agravamento que adiou a crise.

Ademais com terras abundantes e elasticidade da mão de obra (a considerar os imigrantes europeus) já caracterizava expansão da cultura cafeeira, além do fomento pelo crédito e das terras subocupadas. Porém com incentivo à produção por conta de certas quedas de demanda externa do café, o preço do café sobe e para recuperar tal prejuízo que teria efeito no lucro aquela elite cafeeira procura controlar “artificialmente” a oferta por meio do Estado.

Dessa maneira, em função do convenio de Taubaté, desde logo então: o Estado brasileiro compraria os excedentes produtivos a fim de assegurar a produção e produtividade do setor exportador agrícola; tais financiamentos das compras só eram possíveis por empréstimos estrangeiros; o serviço seria cobrado por imposto por cada saca de café exportada; a fim de solucionar o problema mais em longo prazo, os governos dos Estados deveriam desencorajar a expansão destas plantações.

Ao passo disto, por não haver o desestímulo a produção de café ou estímulo a um produto alternativo agrícola, a crise do café acontece e, dessa vez, com agravamento de uma crise externa como a de 1929. Com isso ocorre uma crise nacional.

Essa fuga de capital se deve a própria dívida realizada ao longo do crédito financeiro garantido pelo estrangeiro e consideradas na inflação. A ideia de “controle artificial da oferta” dá-se não só pelo monopólio mundial do café, o qual quase  $\frac{3}{4}$  do

que era produzido no mundo era brasileiro, inclusive por estímulo interno e um momento oportuno para os produtores em suas plantações.

Com isso controlar os preços motivados por manter a atividade cafeeira pelo preço, a produção interna e maior produtividade causam de falha no plano do convenio de Taubaté. Os acordos do convenio eram:

- a) o governo interfere no mercado para comprar café em função da busca de equilíbrio entre oferta e demanda;
- b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c) o serviço desse empréstimo seria coberto com um novo imposto sobre cada saca de café exportado, em ouro;
- d) a fim de solucionar os problemas a mais longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

Porém pôr a economia Brasileira a depender da produção cafeeira e essa, por sua vez, estar a “vontade” da necessidade do mercado externo, então, bastou que chegar à crise de 1929. Assim os Estados passariam a comprar mais café, aumentando as dívidas para com os bancos estrangeiros. Isso gerou para as reservas metálicas consolidadas pelo governo com a “valorização”, a causa da fuga destas mesmas para o exterior, dessa forma a política de defesa do café facilitou bastante a fuga de capitais.

Os estudos de Furtado evidenciaram que essa classe empresarial inédita, categoricamente capitalista, pouco se importou em desenvolver o país economicamente. A grande preocupação era fonte de renda para uma elite ou, em caso de prejuízo, socializar as perdas.

No trecho abaixo temos uma descrição do Pivoto, Caruso e Niederle que podemos perceber como a atividade parece estar em crescimento e como é uma estagnação:

O modelo schumpeteriano de “economia estacionária” (sem desenvolvimento, mas com crescimento) organiza-se em fluxo circular, o que constitui uma espécie de sistema de equilíbrio geral – tal qual preconizado por Walras –, onde as relações entre as variáveis produtivas se encontram em condições de crescimento equilibrado, determinadas pelo ritmo do crescimento demográfico, ou por mudanças políticas. Isso significa que, nessas condições, há um ajuste equilibrado entre oferta e demanda, assim como entre poupança e investimento, de modo que o crescimento da

economia acompanha o ritmo de acumulação do capital, mas sem criar diferenças expressivas nos níveis de distribuição, havendo uma expansão da renda determinada por pequenas variações na força de trabalho engajada no processo produtivo. Por seu turno, as receitas provenientes do processo de produção reingressam no sistema fechado para financiar novas etapas de produção, de modo que aqui o crédito não tem nenhum papel. As mudanças que ocorrem no sistema são marginais e não alteram substancialmente o equilíbrio geral; há apenas processos de adaptação (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2017)

Continua com:

Nesse sistema fechado, todas as atividades e relações se processam de forma circular. As alterações internas são mais quantitativas do que qualitativas, e costumam ocorrer de forma lenta, contínua e cumulativa. Trata-se, fundamentalmente, de um esquema de reprodução, onde os fenômenos e processos podem ser compreendidos por meio de uma análise estática. Esse sistema hipotético criado por Schumpeter explica uma situação de economia sem desenvolvimento. Inversamente, segundo o autor, a existência do desenvolvimento envolve uma mudança que gera perturbação desse estado de equilíbrio. Nota-se, assim, de antemão que, ao contrário do que ocorre na economia neoclássica, em que o agente econômico busca o equilíbrio como condição para o desenvolvimento econômico, o agente schumpeteriano – o empresário inovador – está sempre tentando romper esse equilíbrio, introduzindo inovações que geram concentração oligopolística, permitem aferir lucro puro (monopolístico) e pro- duzem imperfeições no mercado. (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2017)

Para Schumpeter desenvolvimento é:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (SCHUMPETER, 1982).

De acordo com o tripé Schumpeteriano a inovação, o espírito empreendedor e o crédito puderam ser observadas. Primeiro, a inovação, houve uma classe industrial que usou mão de obra regional e se adaptou com os insumos e matérias primas locais para levantar as edificações. Assim:

“De acordo com Schumpeter, essas mudanças surgem no âmbito da produção, e não do consumo. Assim como os demais autores clássicos, ele privilegia, em seu modelo de desenvolvimento, a oferta. Não há, porém, preocupação fundamental com o trabalho produtivo (Adam Smith), com a acumulação capitalista (Karl Marx) ou com a renda, o salário e a demanda

efetiva (John Keynes). O fundamental aqui é o papel que tem a inovação ao introduzir descontinuidades que produzem desequilíbrios no sistema, levando a uma nova configuração qualitativamente distinta da anterior” (PIVOTO; CARUSO; NIEDERLE, 2017)

Em segundo lugar, pudemos observar o espírito empreendedor do brasileiro, como, por exemplo, na CTI e na busca por capital inglês em grande parte das ações dessa indústria e, é claro, na desenvoltura dessa classe conseguir fazer acontecer mesmo diante dos conflitos regionais e nacionais.

Por fim, a ausência de crédito e incentivo fica evidente nos autores. O Estado, seja em qualquer esfera governamental, não apoiou essa classe industrial. Naturalmente, e mesmo que há outros fatores e que o crédito ou a demanda efetiva não é o principal fator, podemos perceber com esses poucos dados a diferença entre os surtos de crescimento econômico em toda história do Brasil e a ausência de desenvolvimento econômico.

### **3.3. Desacordo entre as Classes**

O grande debate entre R. Simonsen e E. Gudin, é um momento posterior ao período do nosso objeto de estudo, contudo exemplifica perfeitamente o cerne da questão. De um lado um industrial, de outro um banqueiro guiado pelas ideologias liberais com sua ideia de pertencimento e participação das nações no quadro econômico internacional.

O plano econômico, o Brasil e dois sujeitos representando valores, ou melhor, significados da história do Brasil em um debate sobre a economia Brasileira durante a primeira era Vargas. Para um, a planificação da economia brasileira a fim de industrializar horizontalmente a economia, acabar com determinadas disparidades regionais e sociais. Já o outro, apresenta medidas que acabam por verticalizar a economia caso a nação siga seu plano.

Não obstante, indicar alguns pontos do debate temos a necessidade de realizar um passeio pela história do Brasil e as estirpes dos planos econômicos, nos quais se diferenciam por base teórica ao passo de ideologia. Porém, há momentos que é possível correlacionar história dos demais países, ou mesmo, pode ser útil como parâmetro, tais experiências externas para elaboração de ambos os planos.

Um debate que, durante o Estado Novo, reflete o futuro e o passado nacional. Uma possível determinação de um caráter nacionalista ou a dependência dos fatores de produção; um medo as ideologias ou um agravamento das heranças coloniais. Dessa maneira se faz e desenrola-se o debate entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudín.

O clássico debate, presente no acervo do IBGE, mostra o quanto há desacordo entre essas duas classes da elite econômica brasileira. Retomando o período e o objeto de estudo deste trabalho, percebemos que até nas relações de trabalho são opostos.

Para os industriais, segundo Ricci, a mão de obra existente e livre satisfaz a demanda e permitia certa elasticidade de sua oferta. Em contraponto, Furtado evidencia o oposto pelos cafeicultores, os quais alegavam baixa capacidade da mão de obra disponível em aprender técnicas e baixa elasticidade de oferta.

Ricci e, pelos dados do IBGE, Nice apresentaram que a mão de obra útil foi daqueles que já estavam pela região desde o período colonial. Exceto em situação de mão de obra especializada na qual foi opção para instruir e coordenar em um primeiro momento, por isso, vindas do exterior (Europa).

Os conflitos nas esferas governamentais e desacordos econômicos foram tantos que gerou apoio ao Estado Novo de Vargas para ruptura desse período. Ademais, a distinta posição entre crescimento econômico e a necessidade de desenvolvimento econômico nacional fica evidente que em uma classe há um interesse que aproxima com o anseio de constituir um capital industrial nacional. E pela outra, parece ser mais conveniente o atrofiamento do capital industrial ou ausência desse.

Com isso, o planejamento da economia do Brasil, vai ter início na Era Vargas. Em 1944 ocorre o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, para Simonsen, a evolução econômica do Brasil não só demanda o progresso afim de acabar com o pauperismo, mas tem a necessidade de ser desenvolvida pelo Estado afim de evitar um desequilíbrio de forças do mercado externo para o interno.

Para isso, segundo Simonsen é preciso planificar a economia afim de gerar condições e fomentar a demanda interna que senão por via do Estado, seria injusta

e improvável uma competição, o que levaria a serias dificuldades no desenvolvimento de uma indústria nacional.

“Essas soluções demandam a ação intervencionista do Estado, quer no interior do país, através de uma adequada política monetária, social, de obras públicas e de toda uma série de medidas de ordem técnica, quer no ambiente internacional, pela obtenção de mercados que possam manter o ritmo do trabalho em nível conveniente.” (SIMONSEN; GUDIN, 2010.)

De tal maneira que este estuda até mesmo as bases da industrialização Russa como capitalista e aprendida pelo exemplo de países capitalistas. Porém enxergou que do jeito feito por esse país, pelo fato do total controle intervenção estatal, pode desenvolver uma habilidade e experiência em planejamento econômico.

Com isso, e ao comparar as questões econômicas do Brasil, visou a intervenção do Estado. Problemas econômicos devido a essência da monocultura, como a herança colonial e a questão da eterna insatisfação da elite produtora que hora se faz crer e outra hora descrê de tal intervenção, acabam até a condenar o papel do Estado. Apenas de acordo com a necessidade exclusivamente dessa elite o Estado deveria intervir.

Isto é vai desde o Convenio de Taubaté onde há intervenção do Estado em favor da monocultura como há também um apoio aos interesses do capital internacional no Governo JK, ou essencialmente na ditadura militar. É desta forma que caminha o Brasil, rumo motivado ao favor, ou melhor, a cordialidade.

“Essas intervenções, iniciadas quase sempre a pedido e com os aplausos dos produtores, acabam, em regra, sendo acerbamente criticadas ou repelidas por eles próprios, quer pelo desvirtuamento de suas primitivas finalidades, quer pela infelicidade da escolha dos delegados do Estado, ou, ainda, pela incompreensão pública do sentido e do alcance das intervenções.”. (SIMONSEN; GUDIN, 2010.)

Inclusive, não se trata de intervir ou não, mas de um bom ou mau intervencionismo. Abandonar o “cordialismo” regional, como a influência regional que está presente nos primeiros anos de república e que são marcos de intervenções. Como a monocultura do café na história do Brasil.

“Essa situação teria sido em grande parte evitada, se todas essas intervenções tivessem obedecido a um plano de conjunto, no qual, atendendo-se à reconhecida interdependência dos vários fatores econômicos, fossem harmonizados os interesses em jogo e observadas as prescrições de ordem técnica, com a entrega da sua execução a homens capazes, sob o controle efetivo da comunidade. No dia em que os nossos

homens públicos tiverem sob suas vistas uma carta discriminativa dos padrões de vida das diversas regiões; um programa definido para o aproveitamento eficiente de nossas principais reservas naturais e para a melhoria da produtividade do nosso homem; a enumeração das medidas de ordem econômica, social e técnica, que propiciem um rápido e substancial aumento da renda nacional; o estudo da conveniente localização de consideráveis massas de imigrantes e da redistribuição de nossas populações, de acordo com os recursos econômicos disponíveis ou a desenvolver nas diferentes regiões; os delineamentos, em suma, do planejamento de uma verdadeira revolução econômica, capaz de modificar radicalmente os índices de nosso pauperismo – nesse dia será possível a união sagrada de todos os brasileiros para a solução dos principais problemas da nacionalidade.” (SIMONSEN; GUDIN, 2010.)

#### Quanto ao planejamento e a iniciativa privada:

“Se a renda nacional é baixíssima, se os níveis de vida, em grandes zonas, são miseráveis, se possuímos recursos naturais de monta e extensos espaços de terra não aproveitados, se a técnica e a ciência modernas oferecem os instrumentos essenciais para, dentro de um planejamento racional, corrigir esse estado de atraso, por que não o adotar? É um erro supor que o conceito de planejamento se prenda, obrigatoriamente, a escolas políticas ou econômicas antidemocráticas.” (SIMONSEN; GUDIN, 2010.)

A “mística do plano” não é real, não se trata de forma de governo, mas de técnica que se constitui o planejamento econômico. E ainda faz uma crítica ao “saudosismo” aos séculos passados junto a crítica da efetivação imparcial da política liberal:

“Sendo atualmente possível, com precisão muito maior, a determinação da interrelação dos fenômenos e as relações de causa e efeito, é natural que o avanço dos meios de previsão tenha facilitado o surto do planejamento. Não há, pois, uma “mística do plano”, mas sim um desenvolvimento lógico de um poderoso instrumento de ação econômica e social, capaz de agir, eficientemente, em relação aos gravíssimos problemas da hora presente. Infelizmente, esse instrumento ainda não foi compreendido pelos “saudosistas” que só querem enxergar os “encantos” do século passado (...) que, aliás, só puderam ser apreciados em algumas privilegiadas nações, e mesmo nestas não foram usufruídos por boa parte de suas populações.” (SIMONSEN; GUDIN, 2010.)

Contudo acaba que, com o governo JK, e Gudin como Ministro da Fazenda o plano liberal acaba por ser efetivado e mesmo que algumas outras intervenções acontecessem como o arrocho salarial. Dessa forma o liberalismo.

“No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expressão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: “vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativeiro”. (HOLANDA, 2014)

O impasse presente é essencialmente fruto das mesmas questões que os industriais emergentes do período da República da Espada enfrentaram na região da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. O impasse entre essas classes capitalistas e empreendedoras fica evidente, também, na obra de Ricci (2006).

Ricci mostra diversos conflitos nas Câmaras municipais e articulações dessas classes, como exemplo as ações de F. Matarazzo em impulsionar e sua ação coordenada para com as atividades industriais. A formação da FIESP e, também, de R. Simonsen para apoio as causas.

Contudo, percebemos que não houve resultado positivo por esses caminhos, infelizmente, devido as estruturas coloniais de nossa sociedade na qual todos estavam imersos.

## CONCLUSÃO

A conclusão da pesquisa percebemos que foi possível fazer a descrição sobre a evolução urbana e das indústrias da região, além de haver muita possibilidade de estudo a ser feito futuramente. Principalmente sobre as indústrias têxteis. Contudo, a evolução da pesquisa evidenciou a já esperada contradição existente entre os capitalistas industriais e agrários do Brasil. Como exemplo, analisamos os casos de Taubaté como conflito a respeito das normas fiscais e o incentivo Federal para com as atividades.

No primeiro capítulo conseguimos contextualizar e trazer os traços que inferem os atritos entre as classes empresariais capitalistas. Ainda nesse capítulo, pudemos a construção da cultura cafeeira e das implicações governamentais em função da exportação agrária facilitou e permitiu a perpetuação dessa elite capitalista.

No segundo capítulo identificamos como a atividade agroexportadora cafeeira permitiu o surgimento das indústrias emergentes, em foco a têxtil. As principais características do processo de industrialização são diferentes da empreitada cafeeira, por exemplo na literatura a respeito fica claro que a mão de obra utilizada foi de brasileiros com raras exceções de estrangeiros. Diferentemente da segunda fase da economia cafeeira que utilizou muita mão de obra estrangeira europeia, como indica Celso Furtado.

O último capítulo analisa toda literatura selecionada e comparar com o que Schumpeter apresenta como teoria do desenvolvimento econômico. Além de um critério, também ajudou a perceber algumas características do processo de industrialização e crescimento econômico do Brasil.

As principais contradições observadas são o fisco, a diferença de perspectivas sobre desenvolvimento econômico tanto da literatura, quanto dos capitalistas. Como exemplo o clássico debate de Simonen e Gudin (2010). Essas diferenças são desde a necessidade nacional e governamental para o desenvolvimento até mesmo sobre a mão de obra nacional.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CARVALHO, Vitorino de. **Tremembé: subsídios à história de Tremembé.** São José dos Campos: Gráfica São Dimas, 1957.
- CONCEIÇÃO, Brito; ALVES, Alan. **O Café no Vale do Paraíba: origem e decadência.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 3. 2014. Taubaté. Anais... Taubaté: Unitau, 2014.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- GIL, Antônio Carlos, 1946. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo Atlas, 2002
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 27ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento.** São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 2000.
- MULLER, Nice Lecocq. **O fato urbano na bacia do Rio Paraíba: Estado de São Paulo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- PIVOTO, Dieisson; CARUSO, Cíntia de Oliveira; NIEDERLE, Paulo André. **Introdução às teorias do desenvolvimento: Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RICCI, Fábio. **Indústrias têxteis na periferia: origens e desenvolvimento – o caso do vale do paraíba.** Taubaté: Cabral, 2006.
- SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento econômico na economia brasileira.** 3ª edição. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.
- SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento.** São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 2000.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

